IMPACTOS DO PROGRAMA MENOR APRENDIZ DE BARIRI

MELINA TRENTO VENDRAMETO*
SAMILE DE SOUZA CRUZ**
ÉGLI MUNIZ***

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo avaliar os impactos do Programa Menor Aprendiz, desenvolvido pelo Centro de Promoção Social da cidade de Bariri, na vida dos adolescentes atendidos durante o período compreendido entre 2001 e 2003. Visa identificar a inserção e permanência dos mesmos no mercado de trabalho, verificar se houve aumento na renda, levantar o nível de escolaridade atual e constatar as relações familiares e sociais desses ex-participantes. Caracteriza-se como um estudo quali-quantitativo, valendo-se de análise de prontuários dos antigos participantes do Programa e de entrevista realizada com a utilização de dispositivo gravador junto aos mesmos. Os resultados da pesquisa desvelaram a importância do Programa Menor Aprendiz na preparação, inserção e permanência no mercado de trabalho, agindo como instrumento de emancipação do adolescente, contribuindo para o desenvolvimento pessoal, escolar, familiar e social de cada um.

Palavras Chave: Assistência Social. Avaliação de Programa. Menor Aprendiz.

*Bacharelada em Serviço Social pela Faculdade de Serviço Social de Bauru, mantida pela Instituição Toledo de Ensino.

**Bacharelada em Serviço Social pela Faculdade de Serviço Social de Bauru, mantida pela Instituição Toledo de Ensino.

***Possui graduação em Serviço Social pela Instituição Toledo de Ensino (1967), mestrado em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1998) e doutorado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2003), com foco na gestão da política de assistência social. É professora titular da Instituição Toledo de Ensino na disciplina de Gestão Social. Coordena o curso de pós graduação lato sensu em Gestão de Políticas Públicas e coordenadora do curso de graduação em Serviço Social.

ABSTRACT

The study aims to assess the impacts of Minor Apprentice Program, developed by the Center for Social Promotion of the Bariri City, in the adolescents life during the period between 2001 and 2003. Its aims is to identify the insertion and permanence those adolescents in the labor market, to check if there was an increase in income, to raise up on level in school and to verify the familiar an social relationship of those former participants. This is a qualitative-quantitative study, utilizing the analysis of promptuaries of former participants of the Program and interviews with the use engraver. The results showed the importance of the Minor Apprentice Program in preparing the insertion and permanence in the labor market, action as an instrument to emancipation those adolescents, contributing to personal scholar, familiar and social developed of each.

Keywords: Social Attendance. Assessment Program. Minor Apprentice.

1 INTRODUÇÃO

O Centro de Promoção Social -CPS é uma instituição privada sem fins lucrativos, fundada em 1970, que tem como finalidade a prestação de serviços socioassistenciais a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade pela pobreza.

O CPS efetiva ações voltadas para o desenvolvimento e proteção das crianças e dos adolescentes participantes, os quais estão prescritos no Estatuto da Criança e do Adolescente, na Constituição Federal de 1988, na Lei de Aprendizagem nº 10.097 e na Lei Orgânica da Assistência Social (1993), ressaltando o exercício da cidadania e possibilitando a qualificação e inserção do adolescente no mercado de trabalho.

Suas ações buscam o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, como estabelece o artigo 227 da Constituição Federal:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.(BRASIL, 1988)

Diante disso, são desenvolvidos pelo Centro de Promoção Social dois programas: o “Construir”, que atende crianças e adolescentes de 10 a 14 anos, e o “Menor Aprendiz”, o qual será objeto desse estudo.

O programa Menor Aprendiz atende a Lei nº 10.097, promulgada em 19/12/2000, sendo oportunizada aos adolescentes participantes a preparação e inserção ao mercado de trabalho, além de discussões de temas de grande relevância para o seu desenvolvimento, como por exemplo, trabalho, sexualidade, estudos, família, ética profissional, entre outros.

Proporcionam-se aos adolescentes cursos pré-profissionalizantes, voltados à preparação para o mercado de trabalho, conforme a realidade local (indústrias, escritórios e comércio).

Na verdade, trata-se de um serviço socioassistencial, porém é conhecido no município como Programa Menor Aprendiz. Por isso será utilizada essa nomenclatura em todo este trabalho.

Este estudo teve como objetivo geral avaliar os impactos do Programa Menor Aprendiz na vida dos adolescentes atendidos durante o período compreendido entre 2001 e 2003.

A problematização da pesquisa foi proposta para saber quais os resultados efetivos e duradouros que o Programa Menor Aprendiz provocou nos adolescentes que freqüentaram o CPS, em relação à sua inserção e permanência no mercado de trabalho, renda, formação profissional, relações familiares e sociais.

Diante disso, levantou-se, como hipótese, que o Programa Menor Aprendiz, desde que foi implantado, vem contribuindo para a formação profissional e pessoal de cada adolescente participante, através de seus projetos e atividades.

A pesquisa é de grande importância para o CPS e para o Serviço Social que nele atua, pois apresenta o trabalho realizado junto aos adolescentes, contribuindo para avaliação de suas propostas e métodos na busca pela cidadania e direitos dos mesmos. Identifica os avanços e desafios do Programa Menor Aprendiz, verificando os impactos do trabalho realizado após a desvinculação dos menores aprendizes da instituição, formulando sugestões para a melhoria dos serviços prestados.

Além disso, a pesquisa proporciona estímulos aos atuais participantes do programa, pois estarão observando exemplos concretos dos impactos que teve o Programa Menor Aprendiz na vida de outros adolescentes, automaticamente projetando-os para o seu próprio futuro.

Trata-se de um estudo exploratório, desenvolvido numa abordagem qualitativa, focando mais os dados qualitativos, com a finalidade de buscar informações não somente relacionadas a dados estatísticos exatos, mas enfatizando sempre os significados e opiniões dos jovens.

Para a coleta de dados, utilizou-se a análise de documentos junto aos prontuários dos antigos participantes e da entrevista com o uso de dispositivo gravador.

O universo da pesquisa constituiu-se dos adolescentes que freqüentaram o programa entre os anos de 2001 e 2003, totalizando cento e cinquenta usuários. A amostra foi probabilística e intencional, tendo sido escolhidos os vinte e um indivíduos mais representativos do universo, sendo o pré-teste realizado com três adolescentes.

Este trabalho apresentará no próximo item a fundamentação teórica do estudo, abrangendo as transformações do mundo do trabalho e a inserção do adolescente no mesmo,

apresentando as leis que o respaldam e relacionando com a Assistência Social.

Em seguida, no terceiro item, será apresentado o cenário em que se realizou a pesquisa, o Centro de Promoção Social de Bariri, e seus serviços, programas e projetos.

No quarto item, serão apresentados os dados coletados, com a respectiva análise e discussão, organizados em cinco eixos: Mercado de trabalho, Melhoria Salarial, Escolaridade, Relações Familiares e Sociais e Importância do Programa Menor Aprendiz.

Finalmente, será descrita a conclusão deste estudo, sintetizando as idéias e resultados nele contidos e relacionando com os objetivos propostos. Será discutida a hipótese levantada anteriormente à pesquisa e apresentadas as sugestões para a instituição em estudo.

2 AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO, A ASSISTÊNCIA SOCIAL E O ADOLESCENTE

Diversas transformações ocorreram no mundo do trabalho, as quais foram determinantes para o cenário atual e para os seus atores. Tais mudanças foram e continuam sendo importantes para aqueles que estão em busca do ingresso na vida profissional, como os jovens e adolescentes.

Os novos desafios e escolhas que a adolescência proporciona podem interferir significativamente na vida desses indivíduos. Sendo assim, vale ressaltar que esse público é amparado por legislações e estatuto que os resguardam e os protegem, vendo-os como sujeitos de direitos e deveres.

É nesse contexto que também atua a Política de Assistência Social, objetivando a proteção social em suas ofertas de serviços e programas.

2.1 Transformações do mundo do trabalho

Vivemos num mundo de intensas transformações econômicas, políticas e sociais. No entanto, foi na década de 80 que as mudanças no mercado de trabalho se intensificaram, alterando os processos de produção, comercialização e as exigências do mercado. Como aborda Thomazini (2002, p. 08),

Esse período foi marcado por uma intensa revolução na produção, a qual inclui novos processos, substituindo a produção em série para a flexibilização da produção. Esse momento exigiu um modo de trabalho, o tecnológico (automatização), dificultando ainda mais o poder do trabalhador na operação das máquinas, ao lado de uma exigência de maior qualificação.

Em relação a esse período, Iamamoto (2005, p.112) também descreve que:

Impulsionadas pela revolução tecnológica de base micro eletrônica e pela robótica, verificam-se profundas alterações no âmbito da produção e comercialização, nas formas de gestão da força de trabalho, na estruturação dos serviços comerciais, financeiros etc. Amplia-se a competitividade intercapitalista nos mercados mundiais e nacionais, modificando as relações entre Estado e sociedade civil.

A revolução tecnológica trouxe novos paradigmas e novos enfrentamentos para os trabalhadores. Ocorreu uma reestruturação produtiva, alterando as formas de organização existentes no mundo do trabalho, buscando a flexibilização do trabalho. Para Antunes (1996, p. 80),

É um processo de organização do trabalho fundado numa resposta imediata à demanda, numa organização flexível do trabalho, numa produção integrada e que supõe necessariamente o envolvimento do trabalho, acarretando o *estranhamento* do trabalhador, sua “alienação” do trabalho, que se torna menos despótico e mais manipulatório.

Diante disso, pode-se afirmar que a revolução tecnológica do trabalho, ao mesmo tempo em que exige a qualificação do trabalhador em alguns ramos, em outros ela desqualifica, chegando a eliminar algumas funções. Esse contingente de trabalhadores sem qualificação e especialização profissional faz parte do desemprego estrutural. (ANTUNES, 1996, p.84)

Oliveira e Manãs (2004, p.89) explicam que o desemprego estrutural, decorrente dos novos padrões tecnológicos, advém de um desequilíbrio entre a oferta e a demanda por cargos e trabalhadores entre as diversas áreas. Pode haver o emprego, no entanto não existe a qualificação necessária para tal. Antunes (2003, p. 49) também aborda sobre esse fenômeno:

O mais brutal resultado dessas transformações é a expansão, sem precedentes na era moderna do desemprego estrutural, que atinge o mundo em escala global. Pode-se dizer, de maneira sintética, que há uma processualidade contraditória que, de um lado, reduz o operariado industrial e fabril; de outro, aumenta o subproletariado, o trabalho precário e o assalariamento no setor de serviços. Incorpora o trabalho feminino e exclui os mais jovens e os mais velhos. Há, portanto, um processo de maior heterogeneização, fragmentação e complexificação da classe trabalhadora.

Paralelamente ao desemprego estrutural, há o processo de precarização do trabalho, quando se aumenta a gama de trabalhadores temporários, parciais, subcontratados, terceirizados, intensificando o trabalho informal. Essa precarização do trabalho, segundo Iamamoto (2005, p.87), “faz crescer a pobreza e a miséria, passa a comprometer os direitos sociais e humanos, inclusive o direito à própria vida”.

O trabalho, além de ser um instrumento para o sustento, é também algo essencial para a vida em comunidade, para a auto-realização e dignidade do ser humano. Diante disso, Thomazini (2002, p. 41) expõe que:

O trabalho é um elemento vital, não só para a sobrevivência, mas de possibilidade de auto-realização. O espaço de trabalho é um local onde se estabelecem vários níveis de relações, não só de produção e reprodução do capitalismo, mas de valores, princípios e visão de mundo, o que afeta a vida social, psicológica dos trabalhadores.

É por meio do trabalho que o homem participa do mundo, desenvolvendo seus valores e princípios, através dos quais é capaz de transformar o meio em que vive. Para melhor esclarecimento sobre o trabalho, Atauri e Souza (1998, p.10, *apud* SOUZA, 2001, p. 53) pontuam que:

O trabalho pode ser definido como toda atividade realizada pelo homem civilizado, que transforma a natureza pela inteligência. A mediação entre o homem e natureza, domando-a a seu desejo, visa extrair dela a sua subsistência. Realizando essa atividade, o homem se transforma, se auto-produz e, ao se relacionar com outros homens, na realização da atividade, estabelece a base das relações sociais.

Daí a grande importância de se compreender as transformações pelas quais o mundo do trabalho tem passado. Como Oliveira e Manãs (2004, p. 64) relatam, o ser humano,

através do seu trabalho, “é capaz de moldar e mudar a natureza e, ao mesmo tempo, alterar a si próprio”, produzindo cultura e se auto-produzindo, e é na adolescência que ocorre esse despertar para o mundo do trabalho e a busca pela autonomia.

2.2 O adolescente e a inserção no mercado

Em meio às transformações e às novas exigências do mundo do trabalho, encontram-se os adolescentes à procura do primeiro emprego, especialmente aqueles oriundos das classes trabalhadoras.

A adolescência é um momento de transição entre a infância e a fase adulta, em que o indivíduo passa por um processo de construção de valores e afirmação de sua autonomia, além do seu desenvolvimento biológico.

Todo adolescente aspira se libertar da tutela do lar e este “desmame” é, em parte, psicológico, na medida em que ele deseja uma autonomia de ação, libertando-se de jugo dos pais. Mas a ruptura do “cordão umbilical” familiar implica também na aspiração da independência financeira que lhe permite a oportunidade de gerir sua própria vida. (VITELLO, 1997, p.24, *apud* SOUZA, 2001, p.84).

Na procura pela independência financeira é que o adolescente volta a atenção para a sua inserção no mercado de trabalho. Há, em muitos casos, a necessidade de uma complementação da renda familiar. Além disso, o trabalho é um direito de todo cidadão. No entanto vale ressaltar que:

Direito de trabalhar não só como meio de assegurar a própria subsistência e do núcleo familiar, mas também, de ter acesso a outros bens, tais como educação, escola, cultura, lazer, saúde. É um direito público subjetivo, quer dizer, o cidadão pode exigir do Estado políticas públicas que concretizem a oportunidade de trabalho para todos e não, apenas, para alguns. (OLIVEIRA, 1994, *apud* JESUS; DEVELSO, 2006, p.28)

Reforçando o disposto acima, Oliveira (1995, p.5, *apud* SOUZA, 2001, p.102) relata que:

O trabalho é, inquestionavelmente, valor, como instrumento de realização da pessoa humana; posto, porém no nível em que se

situam a infância e a adolescência, subordina-se a outros valores, tais como o direito de ser criança, direito à educação, ao convívio familiar, à saúde, ao lazer, à formação técnica profissional, valores que não podem ser sacrificados e que exigem políticas públicas e ações de todos os segmentos da sociedade para preservá-los prioritariamente.

Essa busca pela inserção no mercado, quando ocorre precocemente, pode trazer muitos riscos à criança e ao adolescente. No entanto, o trabalho tem uma ideologia enraizada na sociedade, acreditando-se na grande importância dele para a formação dos adolescentes, prevenindo também a marginalidade. Sobre essa questão, Rizzini (1996, p.31, *apud* SOUZA, 2001, p. 110) afirma que:

A ideologia do trabalho foi profundamente enraizada em nossa sociedade. O trabalho tornou-se valor inquestionável, mesmo o trabalho exercido em condições indignas e humilhantes. Ao pobre, o trabalho desde a mais tenra idade, como elemento educativo, formador e reabilitador.

Além dos perigos encontrados no trabalho com periculosidade ou insalubridade, há também a questão do abandono do ensino regular, o que conseqüentemente prejudicará a qualificação profissional da criança e do adolescente futuramente. De acordo com Sabóia, Soares e Kappel (2004, p.6), a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2001, em parceria com o OIT (Organização Internacional do Trabalho), levantou alguns aspectos que permitem conhecer o abandono escolar precoce para o grupo de adolescentes de 15 a 17 anos. Declaram que o principal motivo da não frequência escolar foi à própria vontade do estudante ou dos pais e responsáveis (42,3%), seguido pela ajuda nos afazeres domésticos, trabalho ou procura por trabalho (24,1%).

A desqualificação profissional, juntamente com a falta de experiência, a alta competitividade e o alto índice de desemprego dificultam esse ingresso do adolescente no mundo do trabalho. Souza (2001, p. 80) aponta que:

Pensar na qualificação do homem de amanhã é pensar nas possibilidades de ampliação de oportunidades de empregabilidade e dignidade. Para tanto, se faz necessário um olhar aguçado sobre o processo de inserção do adolescente no mundo do trabalho, envolvendo os atores desse cenário, pois, só conjuntamente é que se delinearão o caminho a ser trilhado.

A qualificação profissional do adolescente está extremamente relacionada com a escolarização dos mesmos. De acordo com dados publicados pela Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar de 2006, no Brasil houve aumento dos anos de estudos em relação a 2005, no entanto, somente a região sudeste do país está em “vias de atingir, ao menos em termos médios, a escolarização mínima obrigatória de oito anos de estudos, estabelecida pela Constituição Federal de 1988”. (PNAD, 2007, p.14)

Cada vez mais o mercado de trabalho torna-se mais exigente e excludente, e, diante dessas exigências, há a necessidade de atenção à efetivação dos direitos das crianças e dos adolescentes, de acordo com toda a legislação que os resguardam como cidadãos que são.

2.3 A legislação e o adolescente

Na Inglaterra, o Estatuto dos Artífices de 1562, determinava obrigatória a aprendizagem, sendo que cada mestre deveria possuir pelo menos três aprendizes se pretendesse contratar um artífice e mais um aprendiz. Os pais dos aprendizes ou seus responsáveis deveriam possuir certos bens e os jovens camponeses não poderiam se empregar nas indústrias urbanas.

A aprendizagem obrigatória, a falta de supervisão, a duração compulsória de sete anos e a “Lei dos Pobres” (1601), que forçou os jovens desprovidos de recursos a ingressarem no emprego, desenvolveram um novo sistema de aprendizagem doméstica e propiciaram à indústria do século XVIII um contingente de mão-de-obra de baixo custo. (FANAN, 1996, p.8)

No país citado, crianças de oito anos de idade eram levadas para as fábricas onde recebiam alimentação insuficiente, trabalhavam excessivamente e recebiam salários miseráveis. De acordo com Fanan (1996, p. 9), nessa época “o índice de mortalidade era tremendamente alto em virtude da falta de higiene, subalimentação, fadiga”.

Já no Brasil, o processo de aprendizagem realizava-se no próprio local de trabalho, de maneira empírica, sem que o aprendiz tivesse um mestre ou instrutor capaz de selecionar tarefas adequadas a sua aprendizagem e que lhe ministrasse, simultaneamente, os conhecimentos tecnológicos referentes à ocupação que pretendia aprender. Fanan (1996, p.14) ainda ressalta que “a aprendizagem, na realidade era considerada apenas como um instrumento de economia empresarial e não como processo educativo”. Além da proteção

legal para o aprendiz, as empresas, com raras exceções, não se achavam preparadas para propiciar ao aprendiz uma formação metódica, com instrutores pedagogicamente preparados em centros especiais onde as tarefas didáticas predominassem sobre as atividades simplesmente de produção. Neste contexto, Oliveira (1994, p. 89, *apud* FANAN, 1996, p.14) afirma que:

Aprendizagem é, pois, a fase primeira de um processo educacional (formação técnico-profissional) alternada (conjugam-se ensino teórico e prático) metódica (operações ordenadas em conformidade com um programa em que passa do menos para o mais complexo), sob orientação de um responsável (pessoa física ou jurídica) em ambiente adequado (condições objetivas: pessoal docente, aparelhagem, equipamento).

Até o século XVIII, a criança e o adolescente eram confundidos com adultos, pois não eram vistos como vivendo em uma fase específica do desenvolvimento humano. Nessa concepção de infância e adolescência, estas eram compreendidas como fase da vida, destituídas de direitos e que precisavam simplesmente de tutela.

Com a criação da Constituição Federal de 1988, passou-se a entender as crianças e os adolescentes como sujeitos de direitos e em condição peculiar e merecedores de proteção e cuidados. (SOUZA, 2001, p. 85).

O termo “menor” se tornou uma nomenclatura ultrapassada. Ocorreu a substituição deste pelos termos criança e adolescente. Souza (2001, p 88) reforça que:

A substituição do termo “menor”, que reporta à idéia de situação irregular, pelos termos criança e adolescente, é uma mudança com potencial simbólico do novo paradigma, pois representa a síntese da superação de uma legislação e políticas repressivas, para uma proteção integral e políticas universais participativas.

Vistos como sujeitos de direitos, em virtude da sua condição de seres em desenvolvimento, às crianças e aos adolescentes é assegurada, pela Constituição Federal de 1988, em seu artigo 227, a efetivação das prerrogativas que lhes conferem vida digna:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar com absoluta prioridade a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los

a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.(BRASIL, 1988)

Dispondo sobre a proteção integral à criança e ao adolescente, no ano de 1990, foi criado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) através da Lei nº 8.069, de 13 de julho do respectivo ano, considerado um dos desdobramentos mais importantes da Constituição de 1988, pois regulamentou conquistas nela presentes, sendo que sua implantação promoveu uma revolução nas áreas jurídica, social e política. (LEAL, 2004, p. 148)

Em seu artigo 3º, o ECA declara que:

A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade. (BRASIL, 1990)

Em relação à proteção ao trabalho, profissionalização, educação, o ECA vem regulamentar a inserção e a permanência do adolescente no mercado de trabalho. De acordo com Leal (2004, p. 149), o ECA, em seu capítulo V do Título II, apresenta várias inovações:

Com relação à criança e adolescentes até 14 anos de idade, só é permitido trabalho na condição de aprendiz assegurada a bolsa de aprendizagem. Ao adolescente aprendiz maior de 14 anos, são assegurados direitos trabalhistas e previdenciários; um adolescente portador de deficiência tem direito a trabalho protegido. No artigo 63, estão definidos: orientação de formação técnica e profissional, começando pela garantia de acesso e frequência obrigatória ao ensino regular; o desenvolvimento de atividade compatível com o desenvolvimento do adolescente e um horário especial para o exercício das atividades.

O Estatuto, no artigo 67, traz também que é vedado ao adolescente aprendiz o trabalho noturno, o insalubre, o perigoso, o realizado em locais prejudiciais ao seu desenvolvimento, e a realização de trabalho em condições que não permitam a frequência à escola. (BRASIL, 1990)

Além disso, o ECA, em seus artigos 62 e 63, considera o processo de aprendizagem uma formação técnico-profissional, sendo exigido que o adolescente aprendiz concilie a educação, através da frequência obrigatória ao ensino regular, com a sua atividade regular

remunerada, garantindo o seu pleno desenvolvimento pessoal e profissional. (BRASIL, 1990)

Nesse contexto, Leal (2004, p.152) pontua que:

Outro documento legal que reforçou as determinações do ECA é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) Lei 9.394, de 20 de dezembro. Tanto as determinações do ECA quanto as da LDB, apontam para “alternativas para o desenvolvimento educacional e laborial”, garantindo a sintonia entre estudo e trabalho no pleno desenvolvimento dos indivíduos.

No ano de 2000, foi criada a Lei 10.097, de 19 de Dezembro desse ano, a Lei do Aprendiz. Nela alteraram-se alguns dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), regulamentando as condições de trabalho dos adolescentes como menores aprendizes. Reforça-se a proibição do trabalho para menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz a partir dos 14 anos, em seu artigo 403. (BRASIL, 2000)

Além disso, tal lei aborda sobre o contrato de aprendizagem em seu artigo 428:

Contrato de aprendizagem é o contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado, em que o empregador se compromete a assegurar ao maior de 14 (quatorze) e menor de 24 (vinte e quatro) anos inscrito em programa de aprendizagem formação técnico-profissional metódica, compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, e o aprendiz, a executar com zelo e diligência as tarefas necessárias a essa formação. § 1º A validade do contrato de aprendizagem pressupõe anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social, matrícula e frequência do aprendiz à escola, caso não haja concluído o ensino fundamental, e inscrição em programa de aprendizagem desenvolvido sob a orientação de entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica. (BRASIL, 2000)

Contudo, Leal (2004, p.155) aponta que:

O trabalho só funciona como estruturante da identidade se puder proporcionar ao jovem um sentido em sua vida, facilitar suas escolhas profissionais (à medida que possa ser fonte de informação e aprendizagem), possibilitar novos contatos sociais e ampliar a rede de amizade e de convivência. Para jovens com baixo nível econômico-cultural, o trabalho muitas vezes representa o caminho para uma vida melhor, tem um sentido existencial quando proporciona perspectiva de futuro. A fim de que o trabalho adquira para esses jovens um

sentido afirmativo, é importante que se realizem reflexões conjuntas sobre as possibilidades de garantirem aos jovens a inserção no mercado de trabalho.

Dessa forma, o trabalho pode proporcionar aos adolescentes e jovens novas perspectivas de vida, melhores condições econômicas e culturais, além de favorecer seu crescimento profissional e pessoal, proporcionando a convivência social. É nesse contexto de garantia de direitos e possibilidades de acesso a serviços, programas e projetos que a assistência social promove a proteção social a esse público.

2.4 Política de Assistência Social e o SUAS

Diante de todo esse contexto de proteção social à criança e ao adolescente, é extremamente relevante abordarmos sobre a Assistência Social, política de proteção social a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade ou risco pessoal e social.

Primeiramente é importante citarmos que:

A história da Assistência Social no Brasil apresenta movimentos demarcados por ocorrências muito específicas nas décadas de 1980 e 1990 e que são, reconhecidamente, produtos da luta política de trabalhadores sociais, dos intelectuais, dos cidadãos e das organizações não- governamentais atuantes na área social como é sabido. Fala-se, exclusivamente de dois adventos em particular: a Constituição Federal de 1988, ao afirmar a assistência social como política pública do sistema de proteção social do país, a seguridade social, e a Lei 8.742, de 1993, a Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, ao regulamentá-la (LOPES, 2006, p.77).

A autora ainda reforça que:

A LOAS visa assegurar a redução ou a eliminação de vulnerabilidades que fragilizam a resistência do cidadão e da família ao processo de exclusão sócio-cultural, dedicando-se ao fomento das ações impulsionadoras do desenvolvimento de potencialidades essenciais a conquistas da autonomia (LOPES, 2006, p.77).

Dispondo sobre a organização da Assistência Social, a Lei Orgânica da Assistência Social, em seu artigo 1º, declara que:

A Assistência Social, como direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que prevê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir a atendimento às necessidades básicas. (BRASIL, 2004)

Além disso, a LOAS apresenta como objetivos da Assistência Social: a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice, o amparo às crianças e adolescentes carentes, a promoção da integração ao mercado de trabalho, como também a habilitação e a reabilitação de pessoas portadoras de deficiência e sua integração a vida comunitária. Através de um novo texto aprovado pelo Conselho Nacional de Assistência Social em Setembro de 2004, foram definidas bases para a implantação de um novo modelo de gestão na política de Assistência Social, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

De acordo com Lopes (2006, p.83), esse sistema:

Constitui na regulação e organização em todo território nacional do atendimento às necessidades de proteção e seguridade social por meio de um conjunto articulado de serviços continuados, benefícios, programas e projetos, objetivando assegurar e afiançar o disposto na LOAS. Dessa forma, os benefícios, serviços, programas e projetos compõem a oferta de ações de assistência social definidas em lei e voltadas ao atendimento de um público que tem em comum às marcas da vulnerabilidade e do risco social, da pobreza e precária inclusão social.

Com as conquistas decorrentes da Constituição Federal de 1988 e da LOAS, o SUAS promove avanço ao privilegiar a “família como foco central de sua provisão”. A proteção social, oferecida pela assistência social, garante um conjunto de seguranças sociais aos cidadãos com o objetivo de prevenir e reduzir vulnerabilidades e riscos sociais. Tais seguranças sociais são de acolhida, de renda, de convívio (familiar, comunitário e social), de desenvolvimento de autonomia (individual, familiar e social) e da sobrevivência a riscos circunstanciais. (MARTINELLI; MUNIZ, 2007).

Consoante isso, a proteção social, uma das funções da Assistência Social, organiza-se em proteção social básica e proteção social especial. A primeira tem como público alvo a população em situação de vulnerabilidade social, como, por exemplo, o precário ou nulo acesso à renda e aos serviços socioassistenciais. Já a proteção social especial trabalha com situações de violação de direitos sociais, quando indivíduos se encontram em situação de risco social e pessoal.

Com vista à proteção social, os serviços socioassistenciais são extremamente

importantes para o acesso aos direitos sociais. De acordo com o art. 23 da Lei Orgânica da Assistência Social:

Entendem-se por serviços assistenciais as atividades continuadas que visem à melhoria de vida da população e cujas ações, voltadas para as necessidades básicas, observem os objetivos, princípios e diretrizes estabelecidas nesta Lei. (BRASIL, 2004)

Além disso, em seu parágrafo único, prioriza a infância e a adolescência em situação de risco pessoal e social, em concordância com o artigo 227 da Constituição Federal citado anteriormente, o qual relata ser dever do Estado da sociedade e da família zelar “com absoluta prioridade” pelos direitos desses cidadãos.

Dessa forma, os serviços socioassistenciais, pelo seu caráter continuado, devem oferecer respostas às necessidades concretas da população por meio de um conjunto organizado de atividades, ofertando apoios, atenções e cuidados e buscando mudanças duradouras na vida dos cidadãos. (MARTINELLI; MUNIZ, 2007, p. 9).

Por esse legado e essa condição, a assistência social, como política social, está sempre diante de enormes desafios para impor-se como política pública, afiançadora de direitos e assim exterminar qualquer representação que o vincule a um padrão de ajuste paliativo de conflitos e favores. (LOPES, 2006, p. 89)

Esses serviços, ao lado dos benefícios, programas e projetos, ocorrem para garantir as seguranças específicas da Política da Assistência Social, as quais são a acolhida, o rendimento, convívio, desenvolvimento da autonomia e apoio em riscos circunstanciais. A primeira refere-se à oferta de uma rede de serviços e de locais de permanência para famílias e indivíduos, como, por exemplo, um abrigo para crianças que se encontram em situação de abandono. A segunda segurança supõe concessão de auxílio financeiro às famílias e indivíduos sob algumas condicionalidades, além de benefícios continuados que assegurem a proteção básica. Já a segurança de convívio ou convivência refere-se a uma rede continuada de serviços que garantam o fortalecimento dos laços de pertencimento e a capacitação e qualificação dos vínculos sociais e de projetos pessoais e sociais da vida em comunidade. A segurança de desenvolvimento da autonomia acontece através de ações que visem o desenvolvimento de capacidades para o exercício do protagonismo e da cidadania. Por fim, a segurança de apoio em riscos circunstanciais e emergenciais diz respeito aos benefícios

eventuais (auxílio material ou em pecúnia) a indivíduos e famílias em situação de emergência, em risco social. (MUNIZ, 2008)

Vale ressaltar que a Proteção Social, uma das funções da Assistência Social, subdivide-se em Proteção Social Básica e Proteção Social Especial, sendo que a Básica tem como público alvo a população em situação de vulnerabilidade social (como, por exemplo, o precário ou nulo acesso à renda e os serviços social) e a Especial, a população em risco social, com violação dos seus direitos sociais.

Diante disso, o Programa Menor Aprendiz, avaliado neste estudo, situa-se no campo da Proteção Social Básica da Assistência Social, propondo-se a garantir especialmente as seguranças de convivência e desenvolvimento da autonomia.

3 CENÁRIO E METODOLOGIA DA PESQUISA

O presente estudo foi realizado com os ex-participantes do Programa Menor Aprendiz, o qual é desenvolvido pelo Centro de Promoção Social do município de Bariri. Dessa forma, nosso público alvo são pessoas que já passaram pelo processo de aprendizagem proporcionado pela instituição, como adolescentes aprendizes.

Para melhor conhecimento do cenário em que foi realizado o estudo, em seguida será apresentada a instituição citada e seus respectivos serviços, programas e projetos.

3.1 O Centro de Promoção Social

O Centro de Promoção Social (CPS) é uma Instituição privada, sem fins lucrativos, fundada em 1970, por membros da sociedade, com iniciativa da comunidade católica (Paróquia Nossa Senhora das Dores de Bariri), que tinham por objetivo a constituição de uma entidade civil com personalidade jurídica, visando à assistência social em perspectiva de garantia de direitos.

Está em pleno e regular funcionamento desde 07/06/70, declarado de Utilidade Pública Municipal, e de Utilidade Pública Federal, registrado no Conselho Municipal de Assistência Social, no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS e o Ato Declaratório de Reconhecimento de Isenção de

Contribuições Sociais, e terá duração por tempo indeterminado.

Tem por finalidade a prestação de serviços sócio-assistenciais e sócio-educativos às famílias, às crianças e aos adolescentes do município. Sendo assim, sua área de atuação é a Assistência Social.

Atualmente, a entidade presta serviços direcionados às famílias em situação de vulnerabilidade pela pobreza, atendendo, prioritariamente, crianças e adolescentes. Dessa forma, a população usuária do CPS, são crianças e adolescentes de 10 a 18 anos incompletos, incluindo suas respectivas famílias.

O Serviço Social da instituição, respaldado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), é responsável pelo Departamento de Programas Sócio-Educativos, elaborando e desenvolvendo seus programas, projetos e serviços, realizando estudos sócio-econômicos, acompanhamentos sociais, assessorias e administração de pessoas e recursos, visando sempre à proteção e desenvolvimento dos seus usuários, ressaltando o exercício da cidadania e possibilitando a qualificação e inserção dos adolescentes no mercado de trabalho, nos termos da legislação em vigor. Além disso, suas ações buscam o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

Dessa forma, o Serviço Social trabalha com diversas expressões da questão social, entre elas o desemprego, a pobreza e a falta de preparação para o mercado de trabalho, buscando traçar horizontes para formulação de respostas que façam frente às mesmas, desvelando as condições de vida dos indivíduos e possibilitando a emancipação dos sujeitos.

Para a eficácia dos seus serviços, o Centro de Promoção Social também atende as famílias dos seus participantes, oportunizando orientações, encaminhamentos, palestras, dentre outros.

De acordo com Martinelli e Muniz (2007), os serviços socioassistenciais compreendem um “conjunto de atividades que, por sua vez, se desdobram em atos profissionais [...] e que são organizados para atingir um fim”, além de ofertarem “apoios, atenções e cuidados”. Apontam também que “a atividade é uma unidade menor, mais específica do que o serviço e nele está contida”.

Dessa forma, o CPS desenvolve diversas atividades. Uma delas, denominada “Programa Construir”, atende a 50 crianças e adolescentes do sexo masculino, com idade entre 10 e 14 anos incompletos, desenvolvido de segunda a sexta-feira, durante 4 horas diárias e em período contrário ao escolar. São oferecidas aulas de português e matemática, atividades psicopedagógicas, esportivas, recreativas, de lazer, culturais, de habilidade manual e artes.

Há também o “Programa Menor Aprendiz”, no qual foi realizado a presente pesquisa,

sendo melhor descrito no item a seguir.

3.2 Programa Menor Aprendiz

O Programa Menor Aprendiz, que, na verdade, é um serviço sociassistencial, atende a Lei nº 10.097, promulgada em 19/12/2000, a qual determina a contratação de adolescentes e jovens por estabelecimentos de médio e grande porte, com parcerias com programas de aprendizagem. Após a alteração da lei, é possível que a contratação e a formação dos adolescentes sejam feitas por organizações sem fins lucrativos. Dessa forma, o programa destina-se em média a 150 adolescentes dos sexos masculino e feminino, com idades entre 14 e 17 anos e 11 meses. Tem por finalidade a preparação e inserção do adolescente no mercado de trabalho.

Sendo assim, a população demandária do Programa é constituída por adolescentes desprovidos de qualificação profissional para a inserção no mercado de trabalho, que estão em busca do primeiro emprego e de melhores condições econômicas. Diante do estudo realizado junto ao Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente, identificou-se também que há adolescentes dessa faixa etária que permanecem nas ruas, expostos a situação de risco social.

Em sua maioria, são provenientes de famílias em situação de vulnerabilidade pela pobreza, desemprego, subemprego, falta de qualificação profissional e de informação e, muitas vezes, precariedade na saúde. A renda per capita dos participantes gira em torno de R\$ 120,00 (cento e vinte reais) a R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais). A prioridade da Instituição é a inserção e o atendimento de famílias com menor renda ou em vulnerabilidade ou risco social.

Como pré-requisito do Programa, o adolescente deve estar matriculado e freqüentando o ensino regular, sendo que o grau de aproveitamento escolar também é analisado. Além disso, tem de cumprir as exigências do programa, devendo comparecer à entidade para participar de projetos, reuniões e cursos.

Para que o adolescente participe do Programa Menor Aprendiz, é realizado estudo sócio-econômico e entrevista, seguidos de análise do boletim escolar e de avaliações de desempenho em matemática e português.

Assim que o adolescente começa a fazer parte do Menor Aprendiz, obrigatoriamente ele participa do curso “Ingressando no mercado de trabalho”, no qual é exigido que ele

cumpra uma carga horária de 160 horas de aula e atividades monitoradas, subdivididas em módulos, tendo como objetivo principal a preparação para o primeiro emprego e a oferta de informações e conhecimentos referentes às exigências do mercado de trabalho. Os módulos são: “Apresentação Pessoal” (como preparar um currículo, como se apresentar e comportar-se em uma entrevista de emprego, como conciliar trabalho e estudo, ter ética no trabalho); “Empresa” (o que é, como se constitui, qual o funcionamento, qual a tributação e qual a classificação de uma empresa); “Departamento Pessoal” (direitos trabalhistas, obrigações trabalhistas, contrato de trabalho, jornada de trabalho, segurança no trabalho etc).

Além dessa exigência, o adolescente também precisa cumprir uma carga horária de 60 horas anuais de cursos de capacitação profissional oferecidos pela instituição, sendo todos eles gratuitos aos participantes. Alguns desses cursos oportunizados foram: “Empreendedorismo”, curso de “Bijuteria”, “Artesanato em Biscuit”, “Auxiliar de Escritório”, “Eletricidade Básica”, “Mecânica Básica de Automóveis”, “Mecânica a Diesel”, “Oficinas para áreas administrativas e operacionais”, “Técnicas de Vendas”, “Computação Básica”; “Manutenção de computadores” e “Designer”. Esses cursos foram ministrados por professores contratados pela entidade e tiveram apoio do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONDECA e de outros parceiros.

Fazendo parte do Programa Menor Aprendiz, é desenvolvido um conjunto de atividades sócioeducativas voltadas especificamente a temáticas relativas ao mercado de trabalho e ao desenvolvimento pessoal e profissional dos adolescentes, por meio de encontros semanais intitulados como “Orientação”. Dentre as atividades, são realizadas oficinas e palestras abrangendo os temas: estudo, trabalho, família e saúde. Além desses são proporcionados encontros com diversos temas, como comunicação, empreendedorismo, perspectivas profissionais, dentre outros. Nessas atividades são oportunizadas dinâmicas, atividades individuais, trabalhos em equipe e plenários. Além disso, os adolescentes podem participar de palestras externas, com temas diversos, voltados ao desenvolvimento pessoal e profissional.

As reuniões são semanais e geralmente têm duração de uma hora, mas podem ter um aumento de tempo conforme a importância do assunto. Durante as atividades, a presença dos adolescentes é obrigatória, levando advertência quem tiver acima de duas faltas mensais, sendo que, na terceira advertência somada, o adolescente é desligado da instituição e de sua atividade regular remunerada.

Conjuntamente, há as atividades do “Espaço Feminino”, visando beneficiar adolescentes do sexo feminino, participantes do Programa Menor Aprendiz, favorecendo a capacitação e o aumento da inserção no mercado de trabalho através de atendimento

personalizado às mesmas. Foi idealizado e formulado pela Assistente Social coordenadora do Programa, a qual contou com a colaboração das estagiárias para a implantação e desenvolvimento do mesmo, assim que foram inseridas no campo, em 2007. A proposta foi elaborada de acordo com as necessidades percebidas através dos encontros semanais dos quais todos os integrantes participam, bem como dos acompanhamentos sociais, e das dificuldades observadas para a inserção das adolescentes em atividades regulares remuneradas (mercado de trabalho). Com essas atividades, visa-se garantir a efetividade do Estatuto da Criança e do Adolescente, buscando a eliminação de qualquer forma de preconceito, propiciando informações necessárias para o desenvolvimento social, pessoal e profissional das adolescentes.

O serviço oferece também aulas de reforço escolar em disciplinas que o adolescente esteja enfrentando dificuldades na aprendizagem. Possui carga horária de aproximadamente 140 horas e é ministrado aos sábados, geralmente nos períodos de férias escolares, contemplando as seguintes disciplinas: Comunicação e língua portuguesa – Expressão Através da Escrita, Redação e Gramática (70 horas-aula) e Matemática básica (70 horas-aula)

É importante ressaltar que são realizadas semanalmente avaliações dos programas e projetos, sendo analisado o desenvolvimento dos trabalhos, a frequência, o grau de motivação e o aproveitamento dos participantes na escola e no programa. Há acompanhamento freqüente através de observação, documentação e diálogo entre a equipe no decorrer do período. Também são realizadas visitas e contatos com as empresas, para acompanhar o desenvolvimento de cada aprendiz. Os resultados obtidos são encaminhados às escolas, às famílias e comunidade, tomando providência para cada caso.

Os contatos pessoais com os adolescentes também são valorizados e utilizados na avaliação. Através do diálogo, havendo trocas de experiências entre a criança e seus orientadores, é possível diagnosticar o que é necessário ser modificado e complementado.

Ressaltamos que o Programa Menor Aprendiz vem obtendo resultados satisfatórios, pois, atualmente, 70% dos participantes estão inseridos no mercado de trabalho. Os outros 30%, por sua vez, vêm demonstrando resultados satisfatórios, sendo que destes, 20% são novatos e permanecem em fase preparatória, de cursos obrigatórios.

Essa inserção do adolescente em atividades regulares remuneradas em empresas conveniadas com a entidade ocorre de tal forma que prevaleçam as exigências pedagógicas sobre o aspecto produtivo, como determina o ECA. Atualmente, são 30 empresas (de produção, comércio e de prestação de serviços) conveniadas com a instituição. Frequentemente são realizadas visitas às empresas conveniadas para efetivar o

acompanhamento do adolescente e estreitar laços entre empresa e instituição.

3.3 Metodologia da pesquisa

Este estudo foi realizado com ex-participantes do Programa Menor Aprendiz, avaliando os impactos que o programa teve para o desenvolvimento e formação desses adolescentes. É de grande importância para o CPS e para o Serviço Social que nele atua, pois apresentará o trabalho realizado junto aos adolescentes, avaliando suas propostas e métodos e sugerindo novas estratégias na busca pela cidadania e direitos dos mesmos. Identificará os avanços e desafios do Programa Menor Aprendiz, verificando os impactos obtidos após a desvinculação dos menores aprendizes da instituição.

O estudo é de grande relevância também para a Política de Assistência Social, na medida em que possibilitou elementos que contribuirão para a erradicação do trabalho infantil e da evasão escolar, como o estímulo para a permanência nos estudos, a profissionalização e capacitação e a própria inserção no mercado de trabalho. Além disso, com a análise dos dados que serão coletados, será possível a formulação de sugestões para a melhoria dos serviços prestados.

Outro fator importante na elaboração desta pesquisa diz respeito aos estímulos que serão proporcionados para os atuais participantes do programa, pois estarão observando exemplos concretos dos impactos que teve o Programa Menor Aprendiz na vida de adolescente, automaticamente projetando-os para o seu próprio futuro.

Primeiramente, antes de se decidir o tema e os assuntos pesquisados, realizou-se hemeroteca, coletando e analisando diversos artigos encontrados em jornais, revistas e na internet que abordassem assuntos referentes à adolescência e ao adolescente em si, como trabalho, estudos, estágios, processos de aprendizagem e drogas. Em seguida, foi elaborado um fichamento, contendo referências bibliográficas e os pontos principais, como um resumo, de vários livros pesquisados, relacionados com adolescência, trabalho e Assistência Social. Em seqüência, elaborou-se o projeto de pesquisa para nortear a realização do estudo, contendo o tema, os objetivos, o objeto de estudo, o problema encontrado e sua respectiva hipótese, a metodologia da pesquisa de forma bem simples, justificativa da escolha do tema, importância da pesquisa e um breve referencial teórico.

O problema elucidado pela pesquisa refere-se aos resultados efetivos e duradouros que o programa Menor Aprendiz provocou nos adolescentes que freqüentaram o CPS entre

os anos de 2001 a 2003, em relação à inserção e permanência no mercado de trabalho, renda, formação profissional, relações familiares e sociais.

Diante do problema, a hipótese levantada foi que o programa Menor Aprendiz, desde que foi implantado, vem contribuindo para a formação profissional e pessoal de cada adolescente participante através de suas atividades. Acredita-se que muitos dos adolescentes que já participaram do programa Menor Aprendiz, foram inseridos no mercado de trabalho e nele permanecem. Acredita-se também que obtiveram um aumento em sua renda e no grau de escolaridade, dando prosseguimento em seus estudos. Dessa forma, o CPS possibilitou aos adolescentes a inserção no mercado de trabalho como menor aprendiz, garantindo o acesso a diversas informações e oportunidades que contribuíram para sua formação como profissional e ser social de direitos e deveres.

A pesquisa teve como objetivos identificar a inserção e permanência dos adolescentes no mercado de trabalho, de quando eram menores aprendizes até hoje; verificar se houve aumento na renda dos ex-participantes do programa; levantar o seu nível de escolaridade atual, além de constatar as suas relações familiares e sociais.

A abordagem da pesquisa é quali-quantitativa, com a finalidade de buscar informações não somente relacionadas a dados estatísticos, índices e percentuais encontrados, mas principalmente a dados subjetivos coletados durante a entrevista. O seu nível é exploratório, pesquisando os resultados obtidos na vida dos ex-participantes.

Sendo assim, o universo da pesquisa constitui-se de jovens e adultos que, quando adolescentes, freqüentaram o programa entre os anos 2001 e 2003, totalizando 150 usuários em média. A amostra, que é a porção ou parcela convenientemente selecionada do universo ao qual foi aplicada a entrevista, foi constituída de forma não probabilística e intencional. Esse tipo de amostra é composto por elementos que não foram selecionados aleatoriamente, mas escolhidos os 21 indivíduos mais representativos do grupo e que se dispuseram a participar da coleta de dados.

Através da observação, análise de documentos e entrevista é que os dados foram coletados. A observação, de acordo com Souza (2006), consiste em “uma das técnicas mais imprescindíveis para a pesquisa científica, pois observar significa aplicar atentamente os sentidos em um objeto, para dele adquirir um conhecimento claro e preciso.” Contribui para formulação de problemas e indagações a serem pesquisadas, servindo de base para a investigação. A observação foi utilizada durante toda a pesquisa de forma assistemática, isto é, de forma ocasional e informal.

A análise de documentos foi desenvolvida junto aos prontuários e fichas dos antigos participantes do Menor Aprendiz, do período de 2001 a 2003. Teve como finalidade levantar

informações relevantes para a pesquisa, principalmente na qual se refere à permanência dos adolescentes no programa e a dados pessoais utilizados na localização dos mesmos, como endereço, telefone e local em que trabalhou.

Já a entrevista foi realizada com a utilização de formulários e de forma aberta, com o uso de dispositivo gravador (aparelho de mp3 e mp4), objetivando a busca por dados não encontrados durante a análise documental referentes à avaliação dos ex-participantes em relação ao programa e à instituição, além das mudanças que ocorreram na vida dos mesmos. Como descreve Souza (2006), a entrevista:

É a técnica onde o investigador se apresenta frente ao investigado e formula perguntas com o objetivo de obter dados que interessam a investigação. É assim uma forma de interação social; é uma forma de diálogo [...] em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de dados. É considerada como uma técnica de investigação social por excelência, e isto é atribuído a sua flexibilidade.

Para a realização das entrevistas, foi elaborado um instrumental de coleta de dados baseado nos objetivos da pesquisa, contendo as perguntas que foram feitas aos entrevistados.

Devido à necessidade de avaliação do instrumental de coleta de dados e levantando as necessidades de alteração do mesmo, foi aplicado pré-teste com três dos ex-participantes do Menor Aprendiz. No entanto, não houve necessidade de alteração.

Após aplicação do pré-teste, entrou-se em contato, via telefone, com ex-participantes do programa Menor Aprendiz, dando prosseguimento à coleta de dados. As entrevistas foram realizadas durante o mês de julho em horários acessíveis aos entrevistados, de acordo com a necessidade de cada um e disponibilidade das alunas pesquisadoras.

A principal dificuldade encontrada foi entrar em contato com os ex-participantes, devido à desatualização dos dados nas documentações encontradas. Além disso, outra dificuldade foi em relação à pouca colaboração das empresas conveniadas, que não se apressaram em contribuir com esforços e informações solicitadas para a localização dos ex-participantes menores aprendizes em tempo hábil para a apresentação deste trabalho.

Já um fato que facilitou a coleta de dados foi a aplicação das entrevistas em período de recesso escolar das alunas, possibilitando a realização em horário noturno também. Além disso, houve prontidão dos ex-participantes do CPS em contribuir para um estudo que proporcionará melhorias para a instituição da qual já fizeram parte.

Ao término das entrevistas, realizou-se a tabulação e tratamento dos dados, os quais foram organizados em cinco eixos que serão apresentados e analisados em seguida.

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O presente estudo vem avaliar o trabalho desenvolvido pelo Centro de Promoção Social de Bariri – CPS, considerando o período de 2001 a 2003. Para isso, foram entrevistados 21 jovens que participaram do programa nesse período.

Os dados levantados foram organizados em cinco eixos de análise, os quais serão abordados no decorrer deste capítulo, sendo eles: a inserção e permanência no mercado de trabalho, melhoria salarial, nível de escolaridade, qualidade das relações familiares e sociais e a relevância do programa e da entidade para os ex- participantes.

De acordo com os dados coletados, 19 dos entrevistados estão hoje entre a faixa etária de 20 a 23 anos. 17 jovens residem com os pais e contribuem com a renda familiar. Na pesquisa, apenas um entrevistado é casado, sendo que os demais são solteiros. Em relação à escolaridade, constatou-se que 19 concluíram o ensino médio, dos quais 11 continuaram os estudos. Todos os ex-participantes estão trabalhando.

A seguir, serão apresentados e analisados os dados coletados através da pesquisa.

4.1 Inserção e permanência no mercado de trabalho

O principal objetivo do Centro de Promoção Social é a formação profissional dos adolescentes de 14 a 18 anos incompletos e a sua inserção no mercado de trabalho formal, através de contratos de aprendizes. É o trabalho de promover a inserção no mercado e dar condições para sua permanência e desenvolvimento pessoal e profissional.

Portanto, avaliar a inserção e a permanência no mercado de trabalho dos adolescentes atendidos pela entidade é de suma importância para reconhecer a eficácia do trabalho desenvolvido ao longo dos anos.

Com o objetivo de verificar o impacto do Programa em relação ao preparo, não só para a inserção, mas também para a permanência no mercado de trabalho, os ex-participantes foram questionados sobre as atividades remuneradas que realizavam quando menores aprendizes e se continuam no mesmo local de trabalho ou ainda quanto tempo permaneceram no emprego após se desvincularem do Centro de Promoção Social. Questionou-se também sobre o cargo ou função que exerciam, quais atividades

desenvolviam e se continuam na mesma função.

Do total da amostra, dezoito dos entrevistados foram inseridos no mercado de trabalho como menores aprendizes pela entidade. Dentre eles, nove continuam trabalhando na mesma empresa à qual foram encaminhados pelo Programa Menor Aprendiz e nove mudaram de emprego. Apenas três de todos os entrevistados relataram não terem trabalhado como menores aprendizes intermediados pela instituição, pois permaneceram pouco tempo na mesma, fato que dificultou sua inserção no mercado de trabalho.

Devido às intensas transformações ocorridas no mercado de trabalho (a precarização a desproletarização, terceirização, aumento das exigências, a polivalência, entre outras), torna-se cada vez mais difícil a inserção no mercado de trabalho formal.

Nesse contexto excludente que vivemos, é bastante difícil para um adolescente ou um jovem que não possui formação profissional inserir-se e permanecer no mercado.

O CPS busca oferecer o preparo e apoio que o adolescente precisa para ingressar no mundo do trabalho.

É uma instituição no campo da Assistência Social que garante a segurança da proteção social para os adolescentes através do serviço socioassistencial de formação e promoção da inclusão produtiva.

Para participar dos programas oferecidos pela entidade, é realizado estudo social da família, bem como entrevista com o responsável e análise do boletim escolar. Após essa fase, é obrigatória ao adolescente a realização de curso preparatório para a inserção no mercado de trabalho, intitulado “Ingressando no mercado de trabalho”, no qual é exigido o cumprimento de uma carga horária de 160 horas de aula e atividades monitoradas. Em seguida, o adolescente começa a receber acompanhamento semanal através das atividades realizadas.

Em comparação aos anos pesquisados, o processo de formação oferecido pelo CPS sofreu diversas modificações e melhorias. No entanto, percebe-se que se vem trabalhando na mesma linha de formação, com objetivos de oferecer informações, despertar a criticidade, discutir e refletir sobre a postura profissional. Além disso, com o passar dos anos, o programa procurou adequar-se à lei em vigor, como no caso do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de 1990, e a Lei de Aprendizagem, de 2000.

Sendo assim, a entidade busca garantir o direito à profissionalização e a proteção ao trabalho resguardado ao adolescente, ser em processo de desenvolvimento pessoal e social, como declara o ECA, em seu artigo 69:

O adolescente tem direito à profissionalização e à proteção no trabalho, observados os seguintes aspectos, entre outros: I – respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento; II – capacitação

profissional adequada ao mercado de trabalho. (BRASIL, 1990)

Dessa forma, para o adolescente que está em busca de seu primeiro emprego, é extremamente importante essa formação para poder competir nesse mercado de trabalho excludente, principalmente os que vivem em situação de vulnerabilidade pela pobreza e que têm dificuldade de acesso aos bens e serviços que a sociedade oferece e, em consequência, a seus direitos.

O CPS oferece desenvolvimento das potencialidades desses adolescentes, contribuindo no combate ao trabalho infantil, à evasão escolar, à dependência de substâncias psicoativas, entre outras. Isto pode ser claramente constatado pelos depoimentos de participantes do Programa Menor Aprendiz que foram entrevistados:

Aprendi a ter responsabilidade desde pequena, e com 15 para 16 anos eu já ganhava R\$ 600,00 (por mês); se não fosse pelo CPS eu não estaria trabalhando. Falava-se muito em escola. Se eu não fosse bem na escola, perderia a vaga (no CPS) e o emprego. Você aprende a dar valor no emprego e não fica rua procurando porcaria. Se não fossem eles (o CPS), eu não conseguiria. (ENTREVISTADO 20)

Pra você começar a trabalhar cedo hoje em dia, você começa a adquirir bastante experiência. Foi por aqui (no CPS) que comecei a trabalhar [...]. Entrei por aqui na empresa que trabalho, que estou até hoje. Ajudou bastante, porque você trabalhava o dia inteiro e a noite estudava. Vir aqui ocupava a cabeça, ainda mais como o mundo está hoje. (ENTREVISTADO 19)

Como se pode perceber, além da formação básica para a inserção no mercado, o adolescente ocupa seu tempo livre, de modo que não busque outras oportunidades que o mundo oferece, como as drogas. Além disso, proporciona o acúmulo de experiências profissionais mais cedo, fator bastante exigido pelo mercado, como relata um dos sujeitos da entrevista.

A importância desse programa (Menor Aprendiz) é que ele dá uma experiência, porque ninguém quer dar emprego para um menor; eles (CPS) dão uma preparação de como trabalhar. A maioria dos serviços exige experiência. Se não fosse pelo Centro de Promoção não conseguiria ter começado a trabalhar com 14 anos e nem registro na carteira. (ENTREVISTADO 6)

No entanto, mesmo com todo o trabalho de capacitação profissional ofertado pelo CPS, a permanência no trabalho depende bastante do compromisso do adolescente, tanto com a entidade quanto com a empresa. De acordo com os dados, pôde-se perceber que os três jovens que relataram não terem trabalhado como menores aprendizes através do CPS permaneceram pouco tempo na instituição.

É importante salientar que de todos os entrevistados, nenhum está desempregado, independentemente do tempo de permanência na instituição; todos estão inseridos no mercado de trabalho.

Dessa forma, constata-se a efetividade do trabalho do CPS na inserção desses adolescentes no mercado e na sua permanência.

4.2 Melhoria Salarial

Após a análise da inserção e permanência do adolescente no mercado de trabalho, faz-se necessária a verificação do aumento na renda desses ex- participantes, verificando se houve melhoria salarial, um dos objetivos deste estudo.

Para isso, questionou-se sobre o cargo que exercem atualmente, se é o mesmo de antes e sobre o rendimento de cada um, observando se houve alguma alteração posterior no salário.

De acordo com os relatos, todos os entrevistados obtiveram uma melhoria salarial. Todos os entrevistados estão trabalhando, sendo que 18 trabalharam como menores aprendizes. Destes últimos, nove continuam nas mesmas empresas em que exerciam suas atividades remuneradas e nove mudaram de local. Dos que permanecem como funcionários da mesma empresa, apenas dois exercem a mesma função que antes, sendo que um deles, apesar de continuar na mesma anterior, trabalha agora para uma filial.

Diante do exposto, constata-se que os ex-participantes do CPS encontraram melhores condições de trabalho, tendo um rendimento mensal superior ao de um salário mínimo, o que possivelmente não alcançariam se não tivessem tido a oportunidade de preparo e inserção ao mercado de trabalho por meio do CPS.

A confiança que eles (os empregadores) têm em você é grande [...]. Você é que conquista o salário e eles (os empregadores) vêem que você merece; é tudo um processo. Passei três anos na montagem pra começar a ganhar bem. Ah! tem que calejar um pouquinho pra você

começar a ganhar melhor, ganhar experiência, saber mexer com peças, conhecer tudo. (ENTREVISTADO 1)

Quando trabalhava em uma empresa da cidade ganhava um salário mínimo. Logo depois que fui trabalhar no banco também ganhava um salário e mais um vale-alimentação. Atualmente ganho mais que um salário mínimo. (ENTREVISTADO 3)

Em comparação com o rendimento anterior agora eu ganho mais ou menos seis vezes mais. (ENTREVISTADO 9)

Devemos, também, levar em consideração que Bariri não é uma cidade com alto índice de pobreza e miserabilidade. De acordo com ranking nacional de desenvolvimento municipal elaborado pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN), divulgado em agosto de 2008, a cidade de Bariri aparece como o 87º município do país e o 76º do Estado de São Paulo em desenvolvimento. Além disso, Bariri foi apontada pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), órgão ligado ao Ministério de Trabalho que realiza a medição da empregabilidade, como uma das cidades que mais geram empregos no Brasil, integrando a relação das 100 cidades do país que mais criaram empregos formais no mês de abril de 2008. (A CIDADE, 2006)

Dessa forma, a situação econômica e social de Bariri é favorável em termos gerais para que busque a inserção e a permanência no mercado de trabalho formal, levando em consideração que cerca de 48,04% da população se concentra entre 10 e 39 anos. (A CIDADE, 2006)

Constata-se que nenhum dos ex-participantes está se submetendo a empregos informais ou está desempregado atualmente. De acordo com Sanchis (1997, p.108), o fato de o jovem permanecer desempregado pode trazer conseqüências prejudiciais nessa fase:

Não é fácil e talvez, nem sequer possível, avaliar se é mais grave o desemprego de chefe de família ou de jovens em busca do primeiro emprego; mas numerosos autores sublinharam as conseqüências especialmente prejudiciais da experiência do desemprego nesta etapa da vida. É o momento em que o indivíduo tenta definir sua identidade adulta, em que começa a perder suas seguranças infantis e a reformular a relação com seus pais; em que enfrenta a decepções, com o final de um sistema educativo que percorreu magnetizado em busca do sonho de um emprego que agora não encontra.

Sendo assim, o programa Menor Aprendiz proporcionou a esses jovens formação

necessária para buscarem melhores condições de trabalho e renda, contribuindo para um saudável desenvolvimento profissional e pessoal.

4.3 Nível de escolaridade

Uma das condições para o adolescente participar do Programa Menor Aprendiz e nele permanecer diz respeito aos estudos e à escola. O adolescente precisa necessariamente estar freqüentando com regularidade o Ensino Fundamental ou Médio, além de manter um bom desenvolvimento nas matérias escolares, pois constantemente o CPS observa os boletins escolares via internet ou diretamente nas escolas.

O direito à educação e à profissionalização é garantido pelo artigo 4º do ECA, o qual declara que:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. (BRASIL, 1990)

Para levantar o nível de escolaridade atual dos ex-participantes do programa, questionou-se sobre em que ano concluíram o Ensino Médio, se estão estudando atualmente, qual curso estão fazendo e sobre a pretensão de dar continuidade aos estudos entre aqueles que não estão estudando.

As entrevistas demonstraram que dos 21 entrevistados, 19 concluíram o Ensino Médio. Do total, 10 estão cursando uma faculdade ou fazendo algum curso técnico. Dos 11 que não estão estudando no momento, todos pretendem voltar a estudar.

Observa-se que a experiência do primeiro emprego proporciona uma maior visibilidade da concorrência existente no mercado de trabalho e de suas exigências. Tal fato estimula a busca pelos estudos, contribuindo para a percepção da sua importância na vida de um trabalhador. Vejamos alguns depoimentos:

Pretendo terminar de fazer a faculdade, depois quero fazer pós Graduação em Gestão de Estoques, só que preciso do diploma de tecnólogo em logística para conseguir fazer a pós em estoques por que senão não dá pra ir direto pro estoques, que é a parte que eu trabalho. (ENTREVISTADO 21)

Não cheguei a concluir (o Ensino Médio); parei no 3^o ano faltando meio ano para acabar, não sei por que parei, coisa de moleque, estava cheio de falta, minha mãe falava: “você vai se arrepender, volta!”, mas nada, até hoje não terminei. [...] Pretendo terminar o colégio e fazer um curso de torneiro mecânico. Onde eu trabalho está precisando, não tem muita mão-de-obra qualificada. (ENTREVISTADO 19)

Estou fazendo Fatec, Logística. Estou no 2^o ano; são três anos. Estou no quarto semestre. Logística envolve muito a parte de gestão de transporte e estoque e é o que eu faço (no meu emprego). A minha opção era educação física ou logística. [...] Pretendo continuar estudando, quero terminar, fazer uma pós e outra faculdade, Educação Física. Essa é por realização pessoal. (ENTREVISTADO 15)

Dessa forma, constata-se que, com a formação que tiveram na instituição e com as experiências obtidas no mercado de trabalho, perceberam a importância e a necessidade dos estudos.

Despertou-se nesses adolescentes e jovens o interesse em buscar algo melhor, em ter perspectivas e sonhos.

Alguns sujeitos da pesquisa relataram bem a importância que o CPS teve nesse despertar para a importância dos estudos:

Na entidade tem que estar estudando, senão leva carta de advertência; se reprovar de ano tem que sair da entidade, isso é bom, muito bom, até porque no serviço, se repetir de ano, eles também mandam embora. [...] É bom estudar, pois aqui na entidade você pega o ritmo com os cursos, de sempre estudar e não quer parar mais. (ENTREVISTADO 1)

Na minha vida profissional tinha que cumprir minha função, com horário; não podia faltar do trabalho. Tinha muito mais responsabilidade do que meus colegas que não trabalhavam. O Programa Menor Aprendiz me ajudou com os estudos; quando eu não trabalhava, eu tinha maior tempo ocioso, e depois quando comecei a trabalhar, no tempo livre eu tinha que estudar. Chegava a tarde tinha que estudar, não tinha outro horário. Mais responsabilidade. (ENTREVISTADO 11)

Portanto, as ações do Programa contribuíram para a formação profissional e pessoal dos adolescentes, propiciando a reflexão e a constatação através do trabalho, da necessidade dos estudos; no mundo de hoje, torna-se difícil a inserção e a permanência no mercado de trabalho para quem não possui além do ensino médio.

4.4 Qualidade das relações familiares e sociais

Neste eixo, será abordada a qualidade das relações familiares e sociais, abrangendo perguntas como: Mantém uma boa convivência familiar? Como é a relação com as pessoas com quem vive? Faz parte de algum movimento ou grupo religioso, político, cultural ou social?

A família é algo essencial, é o ponto de partida na construção da identidade dos jovens, por isso é um aspecto trabalhado no programa de formação profissional do CPS.

Sobre a família, Heller (1992, *apud* TAMAROZZI, 2007, p.1) relata que:

A família se torna a esfera íntima da existência, o lugar exclusivo onde podemos exprimir as próprias emoções e esperar que os outros façam o mesmo, em que podemos relaxar juntos, como também o lugar onde podemos ficar a sós com aqueles que, em certo sentido, nos pertencem. Representa também o lugar onde podemos nos recompor das humilhações do mundo externo. O lugar onde podemos descarregar a agressividade reprimida, relaxar o autocontrole, brigar e nos sobrepujar aos outros.

Vejamos alguns depoimentos que demonstram a relação dos jovens com sua família:

(Tenho) uma ótima relação com minha mãe, uma ótima convivência. Sempre que posso ligo para ela, e ela até fala para mim: “Olha! Quem diria que você iria chegar tão longe, começou pequeno e agora com vinte anos já está trabalhando no Rio de Janeiro, exercendo um cargo de muita responsabilidade.” A mulher é o alicerce da casa. (ENTREVISTADO 1)

A gente se entende muito bem, mãe é mãe, ainda mais que o meu pai faleceu no ano passado. Eu e minha mãe, a gente se uniu bastante sou filho único, bajulado, o filhinho da mamãe. Tudo que ela puder ela faz para mim (ENTREVISTADO 18).

Constata-se, nesses depoimentos, que os jovens demonstraram manter um bom relacionamento com sua família, destacando possuírem maior proximidade com a mãe. Percebeu-se que os entrevistados não estão distantes do núcleo familiar.

No entanto, dois dos entrevistados relataram não possuírem bom convívio familiar, como nos depoimentos abaixo:

Na minha casa todos são comunicativos, e também explosivos, todo mundo fala junto, aí todo mundo fica quieto; lá em casa eu falo mais, aí minha mãe fala que eu falo muito, que não fico quieta, todo mundo conversa; não, a gente não se dá bem. (ENTREVISTADO 14).

Eu não me dou bem com a minha irmã, bato boca com ela porque ela não ajuda em casa, só estuda e não faz nada; aí eu brigo com ela, eu chego cansado e tenho que fazer o serviço. Com meus pais me entendo, só tenho problemas com a minha irmã. (ENTREVISTADO 13)

Devido ao fato de a adolescência ser uma fase caracterizada pelas transformações do corpo, por desequilíbrios emocionais e ebulições hormonais, surgem diversas situações que precisam ser enfrentadas pela família do adolescente.

O Adolescente provoca uma verdadeira revolução em seu meio familiar e social, e isto cria um problema de gerações nem sempre bem resolvido. Enquanto ele passa por uma adaptação para a fase adulta, seus pais vivem a ruptura do equilíbrio do desempenho do papel de pais de criança, para adquirirem, também com mais ou menos esforço o sofrimento, um novo papel, o de pais de adolescente, em situação que lhes exigirá novas respostas. (LOSACCO, 2002, *apud* JESUS; DEVELSO, 2006, p.28)

No entanto, nem sempre a família está preparada para lidar com esses novos comportamentos dos filhos. A sociedade cobra da família atitudes junto aos adolescentes, porém não oferece a ela o apoio de que necessitam para superação das dificuldades.

É nesse contexto que se faz necessário fortalecer a família para que ela saiba como cuidar do adolescente.

O CPS, através de palestras e reuniões, busca proporcionar reflexões a respeito da importância e do papel da família na vida do adolescente. Procura facilitar a compreensão deste em relação às responsabilidades inerentes à família.

Outro ponto abordado com os entrevistados foi relacionado ao exercício de liderança, seja no trabalho ou na comunidade, de forma a identificar os resultados do programa em relação ao desenvolvimento da autonomia e cidadania.

Abordando sobre liderança, Chiavenato (1999, p.558) pontua que:

Podemos definir liderança como uma influência interpessoal exercida numa dada situação e dirigida através do processo de comunicação para a consecução de um ou mais objetivos específicos. Os elementos que caracterizam a liderança são, portanto, quatro: a influência, a situação, o processo de comunicação e os objetivos a alcançar. Fleishman salienta que a liderança é uma tentativa, no âmbito da esfera interpessoal, dirigida por um processo de comunicação, para a consecução de alguma ou algumas metas. [...] Outro elemento importante no conceito de liderança é a comunicação. A clareza e a exatidão da comunicação afetam o comportamento e o desempenho dos liderados. A dificuldade de comunicar é uma deficiência que prejudica a liderança. O terceiro elemento é a consecução de metas. O líder eficaz terá de lidar com indivíduos, grupos e metas. A eficácia do líder é geralmente considerada em termos de grau de realização de uma meta ou combinação de metas. [...] O líder serve ao grupo como um instrumento para ajudar a alcançar objetivos.

Quatorze entrevistados relataram exercer alguma liderança no trabalho. Já em relação à participação na sociedade, apenas dois disseram que participam de grupos sociais ou culturais.

Faz-se muito importante a relação com a comunidade, com o meio em que o jovem vive, pois é onde ele exerce as suas relações interpessoais e coloca em prática seus direitos como cidadão. Em relação à cidadania, Jesus e Develso (2006, p. 42) relatam que:

A cidadania, em sua origem, está relacionada com o surgimento das cidades e a capacidade dos homens exercerem seus direitos e deveres enquanto cidadãos atribuindo sempre a construção em coletividade, conferindo a cada indivíduo uma atuação na esfera pública e na esfera particular.

É fundamental proporcionar ao jovem espaço para que possam construir sua autonomia e para se tornarem ativos e participativos nas decisões da sociedade, criando criticidade para não apenas se submeterem aos padrões e valores do consumo.

Vejamos alguns depoimentos em relação à liderança.

No meu serviço exerço (liderança). Eu, com 17 anos, já comandava uma equipe de encarregados tomando conta do setor, já estava preparado para a liderança. A entidade ensina também sobre liderança. Na minha vida financeira, saber economizar, se eu comprei um carro eu tenho que saber economizar. Aqui eu me lembro que a psicóloga sempre falava: “se eu ganho R\$ 300,00 por que eu vou querer comprar um tênis de R\$ 100,00”. Eu sempre mostrei interesse tanto para liderança quanto para o trabalho e o patrão me pagava por fora R\$ 100,00 a mais pela minha vontade, e é isso o que me motivou mais. (ENTREVISTADO 1).

No serviço no turno da noite eu que sou responsável, pois o encarregado não fica a noite. Sou responsável pelo setor inteiro, ao todo são de 25 a 30 pessoas (ENTREVISTADO 20).

Exerço (a liderança) no meu trabalho. Fiquei encarregado da equipe de montagem de cadeira. Alguns reclamavam por ter que acordar cedo para vir na reunião eu também acordava 9 horas achava cedo. Hoje acordo 6 horas, tenho minhas responsabilidades e hoje em dia, para mim, 9 h já é tarde. Pretendo começar, agora que vou ficar no Rio de Janeiro, quero sim começar em algum grupo de jovens, mas a maioria não liga, mais é importante sim (ENTREVISTADO 2).

No entanto, percebe-se que esses jovens relacionam o conceito de liderança com a que exercem no trabalho, demonstrando serem pouco engajados nas questões da comunidade.

4.5 Importância do Programa e da Instituição

Neste último eixo de pesquisa, foi questionado sobre a importância que teve o Menor Aprendiz e o CPS na vida desses jovens, no seu desenvolvimento.

Amparado pelo ECA e pela Lei de Aprendizagem, o CPS desenvolve seus serviços visando ao desenvolvimento profissional e pessoal dos seus usuários, além da qualificação para o trabalho, o preparo para o exercício da cidadania e a própria inserção no mercado de

trabalho.

Como coloca o artigo 69 do ECA:

O Adolescente tem direito à profissionalização e à proteção no trabalho, observados os seguintes aspectos: (...) III- respeito à condição peculiar da pessoa em desenvolvimento; IV- capacitação profissional adequada. (BRASIL, 1990)

Diante de todos os depoimentos colhidos, constatou-se que o serviço avaliado é de grande relevância para os adolescentes que dele participam, como apontado nos trechos abaixo:

O Centro de Promoção Social foi importante pelo cargo de liderança que eu exerço atualmente. Também por ter sido muito cobrado com relação à escola, notas, pela disciplina que temos que ter. Quando entrei no programa Menor Aprendiz era moleque, achava que podia tudo, tinha o rei na barriga. Depois tudo muda e quando você sai pro mundo, vê que tudo o que eles falavam era muito importante. E quando eu iria imaginar que com vinte anos já teria o meu próprio carro, poder realizar o meu sonho de comprar um notebook, e realizei esse sono, consegui comprá-lo. (ENTREVISTADO 1)

Com certeza, através do Menor Aprendiz que consegui o emprego onde estou, como profissional que atualmente sou; se não fosse o Centro de Promoção e o programa Menor Aprendiz eu não estaria onde estou. Comecei como braçal agora trabalho em frente ao computador melhorou bastante me ajudou muito. Entrei aqui para arrumar um emprego, não depender do meu pai, ter meu próprio emprego. Fiquei sabendo por um amigo, aí eu vim. (ENTREVISTADO 18)

(Foi) importante para obtenção do Primeiro Emprego para mim. Mas no geral, oferecer cursos e formação profissional é também uma maneira de mostrar que o mundo é diferente para algumas pessoas. Auxiliou muito na formação profissional, pessoal e psicológica. (ENTREVISTADO 9).

Foi ressaltada, durante os depoimentos, a importância da preparação e da qualificação ofertada aos jovens pelo CPS. Como se observou, foram essenciais para a vida profissional dos adolescentes os conhecimentos apreendidos e os cursos que realizaram na instituição, principalmente o de informática.

Foi muito importante para o meu desenvolvimento pessoal e profissional; fiz muitas amizades. Nunca tinha trabalhado, comecei aqui (no CPS) a ter experiência profissional. O pessoal do CPS é muito bacana. O curso de informática foi muito importante para mim, pois a pessoa precisa saber mexer no computador, saber o básico. (ENTREVISTADO 3)

Foi muito importante, uma das coisas hoje é que sei bastante de informática e eu só tenho um curso que fiz como Menor Aprendiz do Senai. Hoje eu sei bastante, mas só tenho esse curso que foi pelo Centro de Promoção Social que eu fiz. Lembro de algumas palestras. Com 13 anos você está começando a viver e se você tiver alguém que te coloque no caminho certo, fica mais fácil (ENTREVISTADO 15).

Portanto, constatou-se que a formação que os entrevistados obtiveram enquanto participantes do Menor Aprendiz, foi de extrema importância para o próprio desenvolvimento profissional e pessoal dos mesmos. Apesar de, no período pesquisado (de 2001 a 2003), o programa oferecer menor variedade de curso para os seus participantes em comparação com agora, fez-se grande a contribuição para a competitividade dos adolescentes no mercado de trabalho. Além disso, ressaltou-se a importância dos estudos e da liderança, tão valorizados pela instituição, como também as palestras e dinâmicas trabalhadas e as amizades que lá foram construídas.

5 CONCLUSÃO

Diante das intensas transformações que vêm acontecendo no mundo do trabalho, acentuam-se cada vez mais as exigências do mercado. Além disso, paralelamente ao crescimento e desenvolvimento tecnológico, surgem o desemprego estrutural e o trabalho informal, salientando-se, por outro lado, a exclusão social.

Os altos índices de desemprego, a alta competitividade, a falta de experiência e a desqualificação profissional são fatores que dificultam a inserção do adolescente e do jovem no mercado de trabalho, principalmente de quem está à procura do primeiro emprego.

Com essa pesquisa, foi possível analisar a inserção do adolescente no mercado de trabalho através de uma avaliação dos resultados efetivos e duradouros que o Programa Menor Aprendiz, executado pelo Centro de Promoção Social de Bariri, gerou na vida dos adolescentes que participaram do programa entre os anos de 2001 e 2003.

Baseando-se em seus objetivos específicos, a pesquisa identificou que o Programa Menor Aprendiz proporcionou a capacitação e inserção no mercado de trabalho da grande maioria dos entrevistados. Além disso, o programa forneceu bases não somente para a inserção, mas também para a permanência no mercado, independentemente de os ex-participantes terem continuado ou não no mesmo local onde ingressaram quando eram “menores aprendizes”.

Através dos relatos, pode-se perceber o incentivo que esses adolescentes tiveram em relação aos estudos. É nítida para eles a necessidade de se ter uma qualificação profissional para concorrerem nesse mercado excludente. Por isso, grande parte deles ainda continua os estudos hoje em faculdades e cursos técnicos, sendo que, entre os que não estão estudando, todos têm a pretensão de voltar a estudar. Dessa forma, constatou-se que houve um aumento no nível de escolaridade dos ex-participantes do programa.

Outra contribuição desta pesquisa relacionou-se à identificação de renda dos ex-participantes entrevistados. De acordo com os dados obtidos, todos obtiveram melhorias salariais em relação a quando eram menores aprendizes, podendo-se constatar que todos recebem atualmente acima de um salário mínimo e não estão se submetendo a empregos informais.

Considerando as relações familiares e sociais dos antigos participantes, notou-se que, em sua maioria, mantêm boa convivência familiar, sendo poucos os que não contribuem financeiramente com a família. No entanto, relataram não exercer liderança na sociedade e participar de grupos sociais, políticos culturais e religiosos, embora exerçam liderança nos próprios locais de trabalho.

Dessa forma, conclui-se que o Programa Menor Aprendiz contribuiu efetivamente para a formação dos adolescentes e para a inserção e permanência dos mesmos no mercado de trabalho formal. Através dos convênios e parcerias com empresas da cidade, o CPS ofereceu oportunidades para o crescimento profissional e pessoal desses adolescentes, buscando sempre a adequação às legislações vigentes, que resguardam os direitos das crianças e dos adolescentes, em especial os dos “menores aprendizes”.

Portanto, é possível afirmar que o presente estudo teve seus objetivos alcançados e sua hipótese comprovada pelos relatos coletados.

Cabe, porém, apresentar como proposta e sugestão para a melhoria das ações

realizadas pelo CPS, a abordagem, com maior frequência e intensidade, dos temas sobre liderança e participação social, com o objetivo de proporcionar reflexões e estímulos aos adolescentes, incentivando-os à participação social, contribuindo como sujeitos protagônicos na comunidade em que vivem, tornando-se verdadeiros cidadãos.

Concomitantemente, sugere-se fortalecer o trabalho que é realizado com as famílias dos participantes do serviço, valorizando a relação entre instituição e familiares e responsáveis legais, fornecendo o apoio necessário na educação dos adolescentes.

Dessa forma, fica como proposta para uma nova pesquisa: “A importância da família no processo de formação do adolescente participante do CPS”.

REFERÊNCIAS

A CIDADE. Bariri, SP: Prefeitura Municipal. Secretaria de Desenvolvimento e Turismo. 2002. Disponível em <www.bariritotal.com.br>. Acesso em: 08 out. 2008.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2003. 200 p.

ANTUNES, Ricardo. Dimensões da crise e metamorfoses do mundo do trabalho. **Serviço Social e Sociedade**, v.17, n. 50, p.78-86, Abr. 1996.

BRASIL. Congresso. Senado. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília, DF: Presidência da República, 1990. (Série e. Legislação de saúde)

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1998**. Brasília: 1988. Disponível em <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 22 maio 2008.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Lei Orgânica da Assistência Social**. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Brasília: 2004, 60p.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Lei No 10.097, de 19 de dezembro de 2000. Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT. Brasília: 2000. Disponível em <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10097.htm>. Acesso em: 27 mar. 2008.

CHIAVENATO, Adalberto. **Administração nos novos tempos**. São Paulo: Campus, 1999. 710 p.

FANAN, Luis Henrique. **Aspectos da formação profissional do adolescente em Franca**. 1996. 82f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de História, Direito e Serviço Social – Franca, SP, 1996.

GRUNSPUN, Haim. **O trabalho das crianças e dos adolescentes**. São Paulo: LTR, 2000. 160 p.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2005. 325 p.

JESUS, Andressa de ; DEVELSO, Vanessa Nogueira. **Avaliação do Programa Preparação para o Primeiro Emprego no Instituto NAF - Jaraguá na cidade de Bauru.** 2006. 58 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social de Bauru, Instituição Toledo de Ensino, Bauru, SP. 2006.

LEAL, Maria Cristina. O Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação como marcos inovadores de políticas sociais. In: SALES, Mione Apolinario (Org.) et al. **Política Social, Família e Juventude: Uma questão de direitos.** São Paulo: Cortez. 2004. p.147-164.

LOPES, Maria Helena Carvalho. O tempo do SUAS. **Serviço Social e Sociedade,** São Paulo, v. 27, n. 87, p.76-95, 2006.

MARTINELLI, Maria Lúcia; MUNIZ, Egli. Serviços Socioassistenciais. São Paulo: Instituto de Políticas Florestan Fernandes, 2007. (apresentado como produto de consultoria ao Ministério de Desenvolvimento Social).

MUNIZ, Egli. **STTP – Assistência Social.** Bauru: Faculdade de Serviço Social de Bauru, 2008, 59f. (Apostila elaborada para fins de processo ensino-aprendizagem do Curso de Serviço Social da Faculdade de Serviço Social de Bauru – Instituição Toledo de Ensino, na disciplina de Seminário Temático do Trabalho Profissional – módulo Assistência Social).

OLIVEIRA, Jair Figueiredo; MANAS, Antonio Vico. **Tecnologia, Trabalho e desemprego: um conflito social.** São Paulo: Érica , 2004, 262 p.

DEMOGRAFIA, educação, trabalho, previdência, desigualdade de renda e pobreza. Brasília ; Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. 2007. 25p. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/pdf_release/18Pnad_Primeiras_Analises_2006.pdf>. Acesso em : 03 ago. 2008.

SABOÍÁ, Ana Lúcia ; SOARES, Bárbara Cobo ; KAPPEL, Dolores Bombadelli. Adolescentes e jovens no Brasil: escolarização e inserção no mercado de trabalho. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS DA ABEP, 14., 2004, Caxambu. **Anais eletrônicos.** Caxambu: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 2004. Disponível em <http://www.abep.nepo.unicamp.br/site_eventos_abep/PDF/ABEP2004_316.pdf> . Acesso em : 05 ago.2008.

SANCHIS, Enric. **Da escola ao desemprego.** Rio de Janeiro: Agir, 1997. 426p.

SOUZA, Maria Inês Fontana Pereira de. **O Projeto de Pesquisa**. Bauru: Faculdade de Serviço Social de Bauru, 2006, 55f. (Apostila elaborada para fins de processo ensino-aprendizagem do Curso de Serviço Social da Faculdade de Serviço Social de Bauru – Instituição Toledo de Ensino, na disciplina de Pesquisa Social).

SOUZA, Maria Inês Fontana Pereira de. **O trabalho Juvenil em Perspectiva**. Franca: 2001, 204 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Estadual Paulista. Faculdade de História, Direito e Serviço Social – Franca, SP, 2001.

TAMAROZZI, Giselli Almeida. **Família**. Bauru: Faculdade de Serviço Social, 2007, 51f. (Apostila elaborada para fins de processo de ensino-aprendizagem do Curso de Serviço Social da Faculdade de Serviço Social de Bauru – Instituição Toledo de Ensino, na disciplina de Seminários Temáticos do Trabalho Profissional – módulo Família).

THOMAZINI, Elisângela Maria. **Qualidade de Vida no Trabalho: utopia ou Realidade?**. 2002. 94 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Instituição Toledo de Ensino - Faculdade de Serviço Social - Bauru, SP. 2002.